



Propostas aprovadas na XIII Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco

EIXO 1: A ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO

Nº	Propostas para o ESTADO
01	Fortalecer e descentralizar a assessoria técnica aos 184 municípios e ao Distrito de Fernando de Noronha, através da implantação de Gerências Regionais da Assistência Social.
02	Garantir educação permanente, de forma regionalizada, contemplando todos/as os/as profissionais da rede socioassistencial, incluindo os/as profissionais da rede conveniada, os/as profissionais de nível médio e fundamental, bem como os/as conselheiros/as municipais da assistência social, atendendo as especificidades regionais e incluindo a Língua Brasileira de Sinais - Libras e Braille.
02	Realizar concurso público para compor o quadro de profissionais da secretaria responsável pela política pública de Assistência Social no âmbito do Estado, evitando a descontinuidade dos serviços ofertados e a precarização dos vínculos.

Nº	Propostas para a UNIÃO
01	Garantir que o direito ao Benefício de Prestação Continuada - BPC mantenha sua vinculação ao salário mínimo, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, universalizando o acesso da pessoa idosa a partir dos 65 anos e a pessoa com deficiência, conforme estabelece a legislação vigente, garantindo ainda a equidade do direito a concessão de dois BPC's para duas pessoas com deficiência numa mesma família, sendo vedada qualquer alteração que atente a esse direito.
02	Reativar a mesa permanente de negociação do Suas para discussão e implantação do Piso Salarial Nacional dos/as Trabalhadores/as do Suas, plano de cargos e carreiras e outros direitos trabalhistas, com cofinanciamento compatível, na perspectiva de combater a precarização de salários.
03	Realizar concurso público para os/as profissionais da assistência social, garantindo por meio de lei, o piso salarial nacional, na perspectiva de combater a precarização de vínculos com o cofinanciamento para pagamento de pessoal.



EIXO 2 – POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO

Nº	Propostas para o ESTADO
01	Garantir e ampliar o repasse de forma contínua e automática do cofinanciamento estadual, fundo a fundo para todos os serviços tipificados conforme Resolução CNAS 109/2009, e pactuados junto aos municípios, de forma a regularizar repasses em aberto desde 2016.
02	Garantir recursos para valorização do/a profissional na gestão do trabalho (concurso público, piso salarial adequado com a categoria profissional, plano de cargos e carreiras e educação permanente).
03	Implantar de forma regionalizada a oferta de serviços de alta complexidade.

Nº	Propostas para a UNIÃO
01	Revogar a emenda constitucional nº 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos, inclusive com assistência social.
02	Recompor, regularizar e ampliar os repasses do cofinanciamento da união de todos os serviços tipificados, conforme a Resolução CNAS 109/2009 e programas pactuados na CIT e aprovados pelo CNAS para os estados e municípios.
03	Garantir recursos para valorização do/a profissional na gestão do trabalho (concurso público, implantar piso salarial adequado de acordo com as categorias profissionais, plano de cargos e carreiras, educação permanente).



EIXO 3 - A PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTE A DEMOCRACIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE

Nº	Propostas para o ESTADO
01	Assegurar e garantir financiamento para participação dos/as conselheiros/as e delegados/as representantes do governo e da sociedade civil na educação permanente, congressos, conferências e fóruns no âmbito da Assistência Social, garantindo a manutenção dos espaços de controle social, respeitando as deliberações do Ceas, para o seu pleno funcionamento e efetiva participação da sociedade civil, em especial, usuárias e usuários do Suas.
02	Descentralizar as reuniões do Ceas para as Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco, promovendo a participação social, em especial usuárias e usuárias do Suas.
03	Estabelecer e potencializar metodologias que mobilizem a participação dos/as usuários/as, tanto nos equipamentos da Assistência Social como nos demais espaços de participação e controle social, tendo como referência os dados da vigilância socioassistencial e demais instâncias deliberativas.

Nº	Propostas para a UNIÃO
01	Producir materiais educativos, de diferentes gêneros textuais, com conteúdos referentes à Política Nacional de Assistência Social, divulgando-os em canais oficiais e mídias sociais populares e acessíveis com o objetivo de desmistificar a assistência social como prática assistencialista, bem como incentivando a participação social.
02	Revogar o Decreto Federal nº 9.759 de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.
03	Construir um movimento amplo e plural em defesa do Suas, com desafio de retomar e aprofundar a democracia, com pauta em Lula Livre.